



- Senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal
- Senhoras e Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura
- Senhora Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- Senhoras e Senhores Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais das Relações de Coimbra, Évora, Guimarães, Lisboa e Porto
- Senhoras e Senhores Presidentes e Vice-Presidentes dos tribunais da Relação de Luanda, Benguela, Lubango e Uíge, estimados colegas desembargadores angolanos
- Senhor representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses
- Senhores Inspectores Judiciais
- Senhoras e Senhores Presidentes dos Tribunais de Comarca, em especial o da Comarca de Setúbal que nos recebe
- Caras e caros Colegas
- Ilustres e Distintos Convidados
- Minhas Senhoras e meus Senhores

Encerramos o XIX Encontro Anual do CSM na luminosa cidade de Setúbal que nos inspirou - bem perto da claridade do estuário do Sado e do mar Atlântico - a reflexão e o debate sobre a comunicação dos tribunais e do trabalho jurisdicional, com o foco da inovação na simplificação, na clareza de linguagem e na adaptação às mais modernas tecnologias que podem e devem servir os juízes.

São devidas com muita justiça, desde já e para maior saliência da gratidão, palavras de reconhecimento a todos os que contribuíram para o sucesso do Encontro.

Agradeço naturalmente, em primeiro lugar, à cidade de Setúbal que tão bem nos acolheu. À senhora presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Meira, manifesto a minha gratidão por toda a atenção e apoio que a Câmara concedeu à organização deste evento, bem como agradeço à equipa deste fórum Luíza Todi. Ao meu colega presidente do Tribunal da Comarca de Setúbal, desembargador António Fialho, agradeço muito a sua iniciativa e o acompanhamento dinâmico que durante todo o último ano deu à organização.

Estou particularmente feliz com o momento cultural muitíssimo especial que conseguimos neste Encontro. O espetáculo que nos foi oferecido ontem à noite nesta bela sala do Luísa Todi foi o resultado da união singular de várias artes cénicas que tiveram uma participação determinante de colegas juízes. Da música ao canto, do teatro à dança, da escrita dramática à arte audiovisual. Tal como no Encontro anterior - e melhor ainda - contamos com o espírito criador, culturalmente esclarecido, bem ligado à comunicação institucional que o CSM quer, de aproximação do mundo dos tribunais ao mundo da cultura. Com juízes e por juízes, tivemos uma divertida alegoria ao nosso projeto Meenos, ao desafio de simplificar a linguagem. Muito obrigado a todos os magníficos parceiros envolvidos: à desembargadora Emília Costa, autora do texto que baseou o espetáculo; aos colegas dos *Audiência Prévia* e à nossa já grande promotora cultural desembargadora Eleonora Viegas; ao *Corelis*, o coro da Relação de Lisboa; à companhia de teatro Fatias de Cá e ao seu experiente e imparável diretor Carlos Carvalheiro; à desembargadora Sandra Pinto responsável pela produção dos conteúdos audiovisuais, aos bailarinos Inês Escudeiro, Catarina Gonçalves e José Borges.

Agradeço, como todos os anos é devido, a todos os que no CSM contribuíram com o seu entusiasmo e dedicação para a organização. E como sempre em especial aos membros do gabinete e do secretariado e ainda mais em especial aos do nosso serviço de comunicação.

Caras e caros colegas

Antes de prosseguir com o balanço da nossa reunião e com palavras sobre a agenda do CSM, quero prestar uma homenagem tanto mais sentida quanto o é perante este qualificado auditório e no ato final do nosso Encontro.

Não teríamos entre nós, juízes, atingido o patamar de inovação, o elevado grau de abertura a novos caminhos do direito e da administração da justiça, a sofisticação e a agilidade na compreensão dos sempre evolutivos padrões de apreciação de direitos fundamentais, se não tivéssemos beneficiado coletivamente da inspiração e da força mental que nos foi transmitida por personalidades marcantes do judiciário e que não esquecemos.

Recordar essas figuras é uma necessidade coletiva para progredir com a memória.

Três inesquecíveis juízes deixaram-nos recentemente, falecendo entre agosto e o mês passado. Formaram e influenciaram várias gerações de juízes entre as quais a minha. Agiram cultura de mudança.

Quero aqui recordá-los e prestar homenagem.

Homenagem ao conselheiro **Gonçalves da Costa**. No CEJ formou espíritos livres, abertos, críticos e informados, transmitindo clareza e simplicidade. No tribunal da Boa Hora foi um dos juízes do direito penal humano, pós-abril. Foi um pensador que sustentou reformas penais, processuais penais e dos regimes específicos dos jovens. Foi membro do CSM e sempre acompanhou a sua ação como referência moral.

Homenagem à conselheira **Maria Laura Santana Maia Leonardo**. Na sua vida e como juíza foi uma lutadora e um exemplo. Também no CEJ e como formadora de juízes distinguiu-se pela sua pedagogia, a comunicadora das ponderações serenas. Foi uma grande juíza e é um símbolo no percurso das mulheres na judicatura. Foi a primeira juíza a aceder ao STJ. A sua qualidade era tão elevada que justificou o primeiro lugar no concurso. Tive a oportunidade, em 2003 e como membro do CSM, de integrar o júri desse concurso e dou pleno testemunho dessa qualidade. Não me recordo de primeiro lugar em graduação ao STJ que tenha sido tão bem aceite entre os juízes.

Homenagem ao conselheiro **Álvaro Laborinho Lúcio**. Não preciso de enunciar demais o que é notório. Foi o mentor de muitas gerações de magistrados a partir do CEJ. Foi sem dúvida o pai de CEJ. Foi o ideólogo da chamada “cultura judiciária comum”, com a qual – concorde-se ou não – o nosso judiciário democrático cresceu. Foi um dos raros intelectuais do direito, dos juristas da aplicação e do mundo da justiça que cresceram no pensamento escutado e de interpelação. Referência ética, de integridade, de compromisso e ativismo com a dignidade humana e os direitos fundamentais conexos, através duma vasta intervenção cultural multifacetada. É difícil outro igual e tão grande.

Minhas senhoras e meus senhores, colegas

Neste Encontro ousámos inovar. E num tema no qual todas as últimas gerações de juízes, sobretudo desde a última década de oitenta, tiveram como o TEMA – em maiúsculas –, mas nele sempre revelaram desconcertante impotência, na formulação e nos resultados.

A simplificação da linguagem, a clareza, a adaptação das formas de argumentação aos destinatários, em particular aos destinatários vulneráveis, a aproximação da justiça ao cidadão comum são os polos de inovação na agenda. Sempre em linha que com a perspetiva que o direito a compreender como direito fundamental é, por si só, uma dimensão inarredável do direito de acesso ao direito e aos tribunais.

Ouvimos a conferência de fundo do Professor João Caupers e nela pudemos colher a reflexão de quem tem experiência profunda de comunicação no direito e na justiça, como académico e como juiz constitucional.

Olhámos pela mão de um painel participado pela inspetora coordenadora Margarida Sousa, para o enquadramento e historial de intervenção do Projeto Meenos. Muito importante e esclarecedor.

O projeto Meenos teve origem num desafio que lancei ao Serviço de Inspeção, na sequência do discurso de posse do senhor presidente do STJ, no qual enfatizou o diagnóstico que – cito – *“a desconfiança na justiça resulta muitas vezes do desconhecimento e da incompreensão das suas formas de funcionamento”* e afirmava programaticamente – cito de novo – que as *“decisões mais claras, mais concisas, mais dirigidas à resolução do caso concreto são melhores decisões”*. O desafio, de há um ano, foi acolhido com grande entusiasmo pela nossa coordenadora do Serviço de Inspeção, Margarida Sousa, a quem agradeço muito e deixo aqui um comovido elogio. Para um projeto como este, explorando um tema difícil e tão importante para a nossa cultura judiciária, sempre presente nos discursos de mudança, seja na avaliação classificativa dos juízes, seja nas graduações para os tribunais superiores, o saber e experiência dos inspetores era fulcral, tanto como os consensos do conjunto dos juízes e da comunidade dos juristas.

O projeto está no terreno, terá formação, terá recomendações validadas pelo CSM, terá discussão, terá animação interessante, terá tecnologia dedicada. Terá também livros numa coleção de bolso que teve neste Encontro o lançamento do seu primeiro livro, da autoria do conselheiro Abrantes Gerales. Espero o sucesso.

Debatemos a dimensão da comunicação com os destinatários vulneráveis. Esta é mesmo muito importante. Para crianças e jovens, para idosos e adultos vulneráveis, esta a população com maior défice de atenção.

Comparámos experiências internacionais, com o foco ibérico de valor mais próximo. Na comunicação institucional e no digital.

Reafirmámos o pilar da digitalidade como o pilar estratégico numa jurisdição moderna e de confiança, como esperança transformadora. Em setembro organizámos em Bragança um grande Conferência sobre *“Inteligência artificial e tribunais”*. Quer ao longo dessa conferência, quer neste encontro, registámos as promessas da inteligência artificial na agilização processual, na análise de grandes volumes de dados ou no apoio à decisão judicial, incluindo no apoio à simplificação e linguagem clara. E os cuidados a ter.

Os dois dias de debate que agora terminam foram, por conseguinte, de grande utilidade.

Caras e caros colegas

As condições de trabalho dos juízes continuam a ser o foco da atenção do CSM, como estabilizador necessário para potenciar a administração autónoma nos tribunais.

Continuamos empenhados, no mínimo, a agenda de alargamento do projeto piloto para a maior autonomia das comarcas na governação logística local, incluindo para as ações de manutenção do edifício.

Vamos iniciar, comarca a comarca e com o nosso Gabinete de Saúde Ocupacional já constituído, as avaliações inspetivas pertinentes na área da segurança no trabalho, também com enfoque nas instalações.

Estamos a implementar toda uma nova estrutura de assessoria aos juízes da 1.^a instância, inteiramente dependente da governação dos tribunais e que a capacite, designadamente na assistência ao uso da tecnologia pelos juízes, incluindo aquela que será prestada pelo Altec/CSM.

Vamos reunindo, no CSM, grande capacidade técnica no desenvolvimento de sistemas digitais proprietários. Mais do que isso, desenvolvemos e temos já capacidade para visionar e desenhar os projetos digitais de apoio ao trabalho jurisdicional e reunimos as parcerias

para o seu desenvolvimento e testagem. O próximo ano será o ano da montra dessa capacidade.

Mas conhecemos as ameaças que podem estorvar o ambiente de inovação e de progresso nos tribunais.

Dou nota apenas de duas ameaças que preocupam muito.

A primeira relaciona-se com o quadro regulatório do tratamento de dados no sistema judicial, incluindo como fator constringente e constitucionalmente ilegítimo a intrusão indesejada, desajustada e ineficiente do executivo, através do IGFEJ, no domínio da infraestrutura, mas mais do que isso no seu atrevimento impróprio patente nos desenvolvimentos aplicativos não consentidos agregados à plataforma de tramitação de processos. A inoperacionalidade do *magistratus*, os três eventos de “crash” do *citiis* - de 2008, de 2014 e do último mês – já deveriam ter suficientemente servido para convocar na lei a presença fiscalizadora atuante das instituições autónomas do judiciário. Como tal não acontece, o IGFEJ concentra hoje e sem remédio a desconfiança dos sistemas clientes, com os tribunais à cabeça. O IGFEJ é, pois, problema e ameaça. Com a perspectiva à vista de uso em massa de sistemas de IA em todo o judiciário é urgente um quadro regulatório novo e esclarecido, alinhado com os pressupostos do estado de direito e com as regras vinculantes da União Europeia. Os tribunais e o CSM devem ter poder de decisão tanto em termos da gestão dos dados do judiciário, como sobre as aplicações que nele são usadas, em linha com seu papel de garantes da independência do poder judicial. Urge rever a Lei n.º 34/2009 referente ao “*regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial*” e nela consagrar uma Alta Autoridade para os Dados Judiciais integrada pelos órgãos do judiciário com competências de controlo, desenvolvimento e supervisão, incluindo as que decorrem do Regulamento Europeu sobre a IA.

A segunda ameaça que aqui quero dar nota é a que se relaciona com os oficiais de justiça. Como tantas vezes tenho dito, as condições de trabalho dos tribunais dependem em primeira linha da estrutura das secretarias judiciais e dos oficiais de justiça que as integram - oficiais de justiça com a capacidade técnica e cultura de serviço que os nossos oficiais de justiça têm, integrados em secretarias devidamente organizadas do ponto de vista funcional. O Estatuto dos Oficiais de Justiça é um eixo nuclear da orgânica do poder judicial. Continua pendente a sua revisão. Não é possível conceber um figurino adequado da assessoria nos tribunais, sem a definição esclarecida desse Estatuto. Sem ele, a

capacidade de conjugar os alinhamentos orgânicos futuros é no mínimo obscura. Qualquer arrastamento das negociações para que dê à luz pode constituir uma ameaça para uma nova visão no serviço de apoio aos juízes.

Senhoras e senhores, caras e caros colegas, para terminar

Finalizo dando um “*Viva à inovação*”, tal foi a mensagem dos conteúdos deste Encontro.

O tema da inovação no judiciário para projetos a desenvolver nos próximos dois anos foi aquele que, coincidentemente, foi aprovado no mês passado, em Luanda, na cimeira de conselhos superiores de juízes da CPLP, quando designou o Brasil para a presidência da rede. Especificamente, o tema é o da inovação não tecnológica, embora possa integrar tecnologia. O apelo é o de imaginar e executar mais com os mesmos meios. Ousar inovar, ousar mudar é o desafio. O mesmo que procurámos neste Encontro.

Nesse movimento comum dos juízes lusófonos, quero deixar aqui uma saudação especial aos presidentes e vice-presidentes dos tribunais da Relação de Luanda, Benguela, Lubango e Uíge que estão connosco neste Encontro e que inauguraram um programa de formação e atualização para os desembargadores de Angola, protocolado entre o nosso CSM e o CSMJ de Angola. Os protocolos de geminação ontem celebrados, aqui em Setúbal, entre as Relações de Angola e as Relações de Portugal são também, por si só, um singular momento de inovação.

O próximo ano será o ano de comemoração dos 50 anos do CSM.

A comemoração merece os melhores projetos de inovação que iremos apresentar.

E por causa dessa grande comemoração, cumpre-me anunciar - como sempre se faz no final destes Encontros - que o local escolhido para a realização do Encontro Anual de 2026 é a cidade de Lisboa, a capital do país.

Muito obrigado a todos e até ao Encontro de Lisboa.

Setúbal, XIX Encontro Anual do CSM, 7 de novembro de 2025

Luís Azevedo Mendes

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura